



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90103/2025

EDITAL

(Processo nº 00200.000021/2025-35)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3549, de 2025, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal, estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.000021/2025-35, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO e POR ITEM**, destinada à **contratação de fornecimento de peças para manutenção de máquinas gráficas offset e peças para manutenção do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (CTP), para a Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 30/09/2025

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:30

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para a **contratação de fornecimento de peças para manutenção de máquinas gráficas offset e peças para manutenção do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (CTP), para a Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal, em parcela única**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e/ou CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:



SENADO FEDERAL

2.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponível no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

2.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).

3.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4. O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

3.4.1. Prazo de entrega, em parcela única, de, no máximo, **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato.

3.4.2. Prazo de garantia do produto de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar do recebimento definitivo do objeto.



SENADO FEDERAL

3.5. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.6. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

3.6.1. de condições de participação:

3.6.1.1. sobre ciência do edital;

3.6.1.2. sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

3.6.2. para fins de habilitação:

3.6.2.1. sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

3.6.2.2. sobre inexistência de impedimento à habilitação;

3.6.2.3. sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

3.6.2.4. sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.6.2.5. sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

3.6.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

3.6.3.1. sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

3.6.3.2. sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.7. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

3.8. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.10. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.11. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo *e-mail* licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

5.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.2. proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;



SENADO FEDERAL

5.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4. Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, o critério de desempate previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

6.4.2. Persistindo o empate nominal após a aplicação do item 6.4 e diante do exposto no item 6.4.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36/2023.

6.4.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

6.4.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto nos subitens anteriores.

6.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5.1. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.6. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

6.6.1. A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.



SENADO FEDERAL

6.7. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 45 da Lei nº Complementar nº 123/2006.

7.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.3.1.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

7.3.1.2. não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4. A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.



SENADO FEDERAL

7.4.1. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

7.4.2. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por grupo e por item**.

CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 4 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

10.1.2. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.



SENADO FEDERAL

10.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.4. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

10.1.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.6. A proposta será desclassificada quando:

10.1.6.1. contiver vícios insanáveis;

10.1.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

10.1.6.3. c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

10.1.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

10.1.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.7. O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no subitem 10.1.6.4.

10.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 1).

10.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.



SENADO FEDERAL

11.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.3. Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

11.3.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (exceto para os itens avulsos):

11.3.1.1. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

b) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

b.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

b.2) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

b.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

11.3.1.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.3.2. OUTROS DOCUMENTOS:

11.3.2.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 3.6.2 deste edital.

11.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.



SENADO FEDERAL

11.4.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5. A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar à licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

11.6.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame, inclusive quanto à veracidade das declarações relacionadas no Capítulo III, quando presentes fundados indícios que apontem divergências quanto ao teor das informações prestadas;

11.6.1.1. em relação ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, diante de fundados indícios de descumprimento das exigências de reserva de cargos, o Pregoeiro, de forma motivada, poderá conceder prazo à licitante para a apresentação de informações e de documentação apta a demonstrar a veracidade da declaração, incluindo evidências e justificativas dos esforços empreendidos pela licitante a fim de preencher o percentual legal de vagas;

11.6.2. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

11.6.3. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.6.4. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

11.6.5. suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

11.7. A apresentação de documentos de que trata o subitem 11.6 será realizada em observância ao disposto no item 11.8 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.



SENADO FEDERAL

11.8. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.8.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

11.8.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.8.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.8.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 11.6 e 11.8 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.9. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.9.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.9.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.10. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.11. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;



SENADO FEDERAL

11.11.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.12. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.12.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.13. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.13.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

11.13.1.1. identidade dos sócios;

11.13.1.2. atuação no mesmo ramo de atividades;

11.13.1.3. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

11.13.1.4. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

11.13.1.5. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

11.13.1.6. identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

11.13.1.7. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.13.2. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

11.13.2.1. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;



SENADO FEDERAL

11.13.2.2. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal, quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

14.2. A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

14.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por grupo e por item à vencedora do certame.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

15.1.3. O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 15.1.

15.1.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

15.2.1. Nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro positivo no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais) em nome da licitante adjudicatária constitui fator impeditivo para a sua contratação, observado o disposto no item 15.2.3.

15.2.2. Em atenção ao que determina o art. 6º da Lei nº 10.522/2002, anteriormente à celebração do contrato, o Senado Federal realizará consulta ao CADIN para verificar se a licitante adjudicatária possui débitos ativos com a Administração Pública Federal.

15.2.3. Havendo registro positivo no CADIN, quando da convocação para assinatura do contrato, a empresa vencedora será notificada a promover e a comprovar a regularização da situação de inadimplência no prazo previsto no item 15.1, sob pena de decair seu direito à contratação do objeto.



SENADO FEDERAL

15.2.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SENADO, desde que haja solicitação da licitante devidamente justificada e apresentada antes do transcurso do prazo informado no item 15.2.3.

15.2.5. Não havendo a comprovação de regularização da situação junto ao CADIN dentro do prazo, incluindo a eventual prorrogação de que trata o item 15.2.4, decairá para a licitante vencedora o direito à contratação do objeto da licitação, sendo facultado ao SENADO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o procedimento licitatório.

CAPÍTULO XVI– DAS PENALIDADES

16.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 15.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

16.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 15.1.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 16.1.

16.3. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

16.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1. Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

17.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

17.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.



SENADO FEDERAL

17.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

17.4.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

17.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, em campo próprio, na plataforma Compras.gov.br.

CAPÍTULO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

18.2. Integram este edital os seguintes anexos: Anexo 1 – Termo de Referência; Anexo 2 – Especificações Técnicas; Anexo 3 – Minuta do Contrato; e Anexo 4 – Modelo de Apresentação de Proposta.

18.3. Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

18.4. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

18.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.6. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.7. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.



SENADO FEDERAL

18.8. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Senado Federal, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

18.9. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XIX – DO FORO

19.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 16 de setembro de 2025.

FELIPE GUIMARÃES CÔRTEZ
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90103/2025

(Processo nº 00200.000021/2025-35)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA					
OBJETO	Contratação de fornecimento de peças para manutenção de máquinas gráficas <i>offset</i> e peças para manutenção do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (CTP), para a Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal.				
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 2 do edital.				
JUSTIFICATIVA	A contratação se faz necessária devido ao desgaste natural e avarias das peças, além da falta de estoque regulador das máquinas gráficas <i>offset</i> e do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (CTP) utilizadas na Secretaria de Editorações e Publicações (SEGRAF). Essas peças são essenciais para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de impressão.				
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço por Grupo e por Item.				
PREÇO(S) ESTIMADO(S)	GRUPO 1 - SISTEMA DE ENTRADA/SAÍDA (HEIDELBERG - SM 74)				
	Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)
	1	Correia de sucção (código antigo - M2.015.870)	3	Un.	350,00
	2	Pino Guia	4	Un.	2.461,58
	3	Ponte de garra com pente completo (código antigo: M2.014.003S)	2	Un.	32.000,00
	Valor Total do Grupo 1 (R\$)				74.896,32
	GRUPO 2 - SISTEMA DE IMPRESSÃO (HEIDELBERG - SM 74)				
	Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)
	4	Alavanca de Garfo	4	Un.	2.581,53
	5	Alavanca de Rolo	4	Un.	1.851,56
	6	Atuador	1	Un.	6.500,00
	7	Barreira de Luz	2	Un.	3.303,95
					6.607,90



SENADO FEDERAL

	8	Mola de Compreensão	10	Un.	98,57	985,70
	9	Mola de Compreensão	10	Un.	97,83	978,30
	10	Parafuso sem-fim	4	Un.	3.350,00	13.400,00
	11	Roda de parafuso sem-fim	8	Un.	2.238,91	17.911,28
	12	Rolamento de agulha NK 25/16ASR1	28	Un.	141,08	3.950,24
	13	Rolo came	8	Un.	1.372,96	10.983,68
	14	Rolo de apoio NATR 6x19x12 P4 (código antigo: 00.550.1669)	2	Un.	818,54	1.637,08
	15	Rolo de escova Completo	6	Un.	940,25	5.641,50
	16	Sensor de Luz Reflexiva (código antigo: G2.110.1461)	2	Un.	5.114,92	10.229,84
	17	Unidade de válvula de cilindro	1	Un.	2.300,40	2.300,40
	18	Unidade de válvula de cilindro D8,H20	1	Un.	1.290,00	1.290,00
	19	Unidade de válvula de cilindro ew. ZVE	1	Un.	1.290,00	1.290,00
	Valor Total do Grupo 2 (R\$)					101.438,28
	GRUPO 3 - SISTEMA DE TINTA (HEIDELBERG - SM 74)					
	Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	20	Divisores de tinteiro	4	Un.	494,53	1.978,12
	21	Divisores de tinteiro	4	Un.	494,53	1.978,12
	22	Faixa Isoladora	50	Un.	72,81	3.640,50
	23	Fita isolante (Rolo)	2	Un.	530,00	1.060,00
	24	Mola de lâmina	10	Un.	170,00	1.700,00
	25	Mola de lâmina	10	Un.	170,00	1.700,00
	26	Película Protetora (código antigo - 93008028)	16	Un.	338,70	5.419,20
	27	Raspador	150	Un.	75,00	11.250,00
	28	Rolo Fita proteção tinteiro 74-75 12 un	2	Un.	361,98	723,96
	Valor Total do Grupo 3 (R\$)					29.449,90
	GRUPO 4 - SISTEMA DE MOLHA (HEIDELBERG - SM 74)					
	Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	29	Alavanca giratória OS (kit com os códigos antigos: M2.030.525, 63.030.527, 63.030.529, M2.030537F, 63.030.536 e 63.030.537)	2	Un.	6.300,00	12.600,00
	30	Anel	8	Un.	390,00	3.120,00
	31	Anel de retenção (42 x 1,75)	4	Un.	20,20	80,80
	32	Anel de vedação R 38 x3,5	4	Un.	30,00	120,00
	33	Arruela	50	Un.	16,00	800,00



SENADO FEDERAL

	34	Arruela B (8,4-HV140)	50	Un.	6,00	300,00	
	35	Bucha de agulhas HK1612-AS1	8	Un.	215,36	1.722,88	
	36	Bucha de agulhas HK1816-2RS-AS1	4	Un.	226,48	905,92	
	37	Bucha de rolamento OS (kit com códigos antigos: M2.010.004, 63.030.536 e 63.030.537)	4	Un.	3.267,83	13.071,32	
	38	Caixa de Diário DS (Rolamento de rolos AS) (kit completo com códigos antigos: M2.030.568, 43.030.216, 01.006.035)	4	Un.	5.978,75	23.915,00	
	39	Caixa de Diário OS (Rolamento de rolos BS) (kit completo com códigos antigos: M2.030.569, 43.030.216, 01.006.035)	4	Un.	5.952,80	23.811,20	
	40	Casquilho	8	Un.	1.800,00	14.400,00	
	41	Casquilho de rosca (loca)	8	Un.	300,00	2.400,00	
	42	Casquilho de rosca 63.030.572	8	Un.	600,00	4.800,00	
	43	Cilindro pneumático 40 115 66	4	Un.	1.200,00	4.800,00	
	44	Disco ajustado (18 x 25) (código antigo - 00.520.2192)	20	Un.	5,56	111,20	
	45	Disco ajustado (42 x 52) (código antigo - 00.520.1359)	4	Un.	5,56	22,24	
	46	Engrenagem	4	Un.	2.200,00	8.800,00	
	47	Engrenagem	4	Un.	1.950,00	7.800,00	
	48	Haste	4	Un.	11.026,46	44.105,84	
	49	Mola de diafragma 18 x 8,2x0,5	50	Un.	103,04	5.152,00	
	50	Mola de disco	16	Un.	200,00	3.200,00	
	51	Mola de tensão	14	Un.	370,52	5.187,28	
	52	Parafuso Allen (M 8X 25)	20	Un.	81,66	1.633,20	
	53	Pino AS	4	Un.	1.215,05	4.860,20	
	54	Placa de rolamento BS (kit com códigos antigos: M2.030.515, M2.030.509 e 63.030.517)	4	Un.	8.004,72	32.018,88	
	55	Rolamento AS	4	Un.	1.420,00	5.680,00	
	56	Rolamento de agulha	8	Un.	560,00	4.480,00	
	57	Rolamento AS	4	Un.	2.580,00	10.320,00	
	58	Unidade de válvula cilíndrica perpétua ZVE	4	Un.	3.316,30	13.265,20	
	Valor Total do Grupo 4 (R\$)						253.483,16
	GRUPO 5 - SISTEMA DE ENTREADA E SAÍDA (MANROLAND R708)						
	Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	
	59	Adaptador para utilização em impressora offset	1	Un.	15.463,35	15.463,35	
	60	Bomba dosadora de óleo bielomatic (B129)	1	Un.	19.631,21	19.631,21	



SENADO FEDERAL

61	Elemento de sucção (Nylon dos esquadros laterais)	2	Un.	4.274,70	8.549,40
62	Encoder	1	Un.	23.101,20	23.101,20
63	Gerador de Pulso - Motor	1	Un.	17.821,60	17.821,60
64	Sensor da pilha de saída (B001)	1	Un.	12.907,21	12.907,21
65	Sensor folha dupla	1	Un.	22.735,17	22.735,17
66	Válvula (controladores de fluxo Y268)	1	Un.	32.575,18	32.575,18
67	Válvula 5/2 SY5120-5FU	8	Un.	4.244,60	33.956,80
Valor Total do Grupo 5 (R\$)					186.741,12
GRUPO 6 - SISTEMA DE IMPRESSÃO (MANROLAND R708)					
Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
68	Bico de engraxadeira	1	Un.	828,89	828,89
69	Bico de engraxadeira SK10M10	1	Un.	868,45	868,45
70	Cartucho filtrante c15124/1 p utilização em impressora offset (código antigo: 80.94i40-1025)	3	Un.	664,12	1.992,36
71	Cilindro Pneumático	1	Un.	37.661,58	37.661,58
72	Elemento filtrante (código antigo 80.94G40-1002)	3	Un.	724,83	2.174,49
73	Motor de Acionamento	1	Un.	33.683,30	33.683,30
74	Motor de acionamento registro (M280)	1	Un.	51.729,47	51.729,47
75	Motor de acionamento registro (M339)	1	Un.	46.441,58	46.441,58
76	Reparo SK p/ sistema de reforço tipo PPL	1	Un.	60.394,21	60.394,21
77	Reparo SK PPL braco de acionamento lado B	1	Un.	15.502,48	15.502,48
78	Sensor de folha perdida (B116 - FOTOCELULA FRK 776/24-100L)	1	Un.	16.021,10	16.021,10
79	Sensor de pistão troca de chapa (B072)	1	Un.	8.444,91	8.444,91
80	Ventilador	1	Un.	9.213,48	9.213,48
81	Ventilador axial	3	Un.	4.152,91	12.458,73
Valor Total do Grupo 6 (R\$)					297.415,03
GRUPO 7 - SISTEMA DE MOLHA (MANROLAND R708)					
Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
82	Reparo p/ cilindro rolo tinta 8807D133542	3	Un.	1.285,47	3.856,41



SENADO FEDERAL

	83	Reparo para cilindro rolo água 8208G131713/1712	3	Un.	1.150,12	3.450,36
	84	Rolo dosador de água nº 31	4	Un.	36.890,37	147.561,48
	85	Rolo formador de água nº 402	4	Un.	41.081,82	164.327,28
	86	Sensor nível de água	1	Un.	6.979,93	6.979,93
	Valor Total do Grupo 7 (R\$)					326.175,46
	GRUPO 8 - SISTEMA ELETRÔNICO (MANROLAND R708)					
	Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	87	Contactor 24VDC 4,0KW K014 K016	1	Un.	1.418,05	1.418,05
	88	Contactor 24VDC 4,0KW K015 K017	1	Un.	1.352,68	1.352,68
	89	Interruptor auxiliar para K014	1	Un.	466,81	466,81
	90	Interruptor auxiliar para K015 K017	1	Un.	521,49	521,49
	91	Interruptor auxiliar para K016	1	Un.	735,03	735,03
	92	Placa circuito impresso (código antigo:8C.35A70-4590)	1	Un.	27.287,09	27.287,09
	93	Placa circuito impresso da fonte do rack dos motores (A37V107870)	1	Un.	47.670,73	47.670,73
	94	Placa circuito impresso do drive rack dos motores (37V701079)	1	Un.	36.977,44	36.977,44
	95	Placa Controle 2 ventiladores DD	1	Un.	7.299,86	7.299,86
	96	Placa de Diodo 24VDC para contactores K014 K015 K016 K017	2	Un.	325,68	651,36
	97	Potenciômetro 3 5 KOHM	4	Un.	4.213,93	16.855,72
	98	Sensor captador de reflexo	1	Un.	12.998,69	12.998,69
	99	Sensor com cabo P8S-GNSHXFIL	1	Un.	5.931,25	5.931,25
	100	Sensor para impressora offset	1	Un.	18.322,15	18.322,15
	Valor Total do Grupo 8 (R\$)					178.488,35
	GRUPO 9 - MANROLAND RZK 2/0 . 1/1					
	Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	101	Arruela de segurança vs6	100	Un.	29,25	2.925,00
	102	Arruela VS 5	100	Un.	28,92	2.892,00
	103	Barra de apoio	1	Un.	7.029,84	7.029,84
	104	Chave de regulação p/ motor de tinteiro	1	Un.	1.285,60	1.285,60



SENADO FEDERAL

	105	Mola de compressão	100	Un.	88,28	8.828,00
	106	Parafuso cilíndrico DIN7984 M6x16 a	100	Un.	30,95	3.095,00
	107	Parafuso cilíndrico DIN7984 M6x12 a	100	Un.	30,59	3.059,00
	108	Revestimento metálico para cilindro	1	Un.	132.008,80	132.008,80
	109	Solução de limpeza	1	Un.	764,16	764,16
	Valor Total do Grupo 9 (R\$)					161.887,40
	GRUPO 10 - Computer top late (CTP)					
	Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	110	Amortecedores da mesa principal	4	Un.	9.800,00	39.200,00
	111	Bomba de ar cabeçote	1	Un.	27.600,00	27.600,00
	112	Chave de segurança da tampa traseira	1	Un.	5.820,00	5.820,00
	113	Correia do cilindro de gravação	4	Un.	2.640,00	10.560,00
	114	Coxim suporte fuso cabeçote	1	Un.	1.580,00	1.580,00
	115	Diodo laser	4	Un.	62.900,00	251.600,00
	116	Esteiras de transporte de chapas	1	Un.	30.000,00	30.000,00
	117	Filtro do sistema ótico	2	Un.	2.535,00	5.070,00
	118	Inversor do blower	1	Un.	13.700,00	13.700,00
	119	Jogo de clamps moveis	2	Un.	46.900,00	93.800,00
	120	Rolo de tracionamento inferior	1	Un.	18.430,00	18.430,00
	121	Ventosas	10	Un.	520,00	5.200,00
	Valor Total do Grupo 10 (R\$)					502.560,00
	Itens Avulsos					
	Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	122	Bomba de Vácuo	2	Un.	72.961,99	145.923,98
	123	Bomba de Vácuo	2	Un.	37.174,34	74.348,68
	124	Bomba de Vácuo	1	Un.	24.741,00	24.741,00
	125	Bomba de Vácuo	1	Un.	82.765,00	82.765,00
	VALOR TOTAL GERAL DA CONTRATAÇÃO R\$					R\$ 2.440.313,68



SENADO FEDERAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Segunda da minuta de contrato (Anexo 3).
PRAZO DE ENTREGA	De, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, em parcela única , a contar da assinatura do contrato.
PRAZO DE GARANTIA	De, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos , a contar do recebimento definitivo do objeto.
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 3).
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 167458 Natureza da Despesa: 339030
LOCAL DE ENTREGA	Serviço de Almoxarifado de Produtos Gráficos (SAPF) da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal (SEGRAF), Almoxarifado III, situado na Praça dos Três Poderes S/N – Anexo do Senado Federal, Bloco 5 – Via N2, Brasília-DF, CEP 70.100-901.
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Nona da minuta de contrato (Anexo 3).

Brasília, 16 de setembro de 2025.

FELIPE GUIMARÃES CÔRTEZ
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90103/2025

(Processo nº 00200.000021/2025-35)

ANEXO 2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GRUPO 1 - SISTEMA DE ENTRADA/SAÍDA (HEIDELBERG - SM 74)					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
1	M2.015.840F	3	Correia de sucção (código antigo - M2.015.870)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	614426
2	66.028.050/S	4	Pino Guia	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	264659
3	MV.060.532 /05	2	Ponte de garra com pente completo(código antigo: M2.014.003S)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	472828
GRUPO 2 - SISTEMA DE IMPRESSÃO (HEIDELBERG - SM 74)					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
4	M2.011.126	4	Alavanca de Garfo	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	625268
5	M2.011.120	4	Alavanca de Rolo	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	625268
6	711121311	1	Atuador	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	614172
7	911651621	2	Barreira de Luz	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	466239
8	66072222	10	Mola de Compreensão	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	315510
9	66072221	10	Mola de Compreensão	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	315510
10	42.006.029 /08	4	Parafuso sem-fim	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	615646
11	M2.006.011 /01	8	Roda de parafuso sem-fim	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	622139
12	00.550.0038	28	Rolamento de agulha NK 25/16ASR1	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	624255
13	00.550.1471	8	Rolo came	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	399642
14	00.550.1808	2	Rolo de apoio NATR 6x19x12 P4 (código antigo: 00.550.1669)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	399642



SENADO FEDERAL

15	M2.033.533	6	Rolo de escova Completo	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	399642
16	F2.110.1463	2	Sensor de Luz Reflexiva (código antigo: G2.110.1461)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	625269
17	M2.184.1071	1	Unidade de válvula de cilindro	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	627965
18	M2.184.1091	1	Unidade de válvula de cilindro D8,H20	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	627965
19	61.184.1131	1	Unidade de válvula de cilindro ew. ZVE	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	627965
GRUPO 3 - SISTEMA DE TINTA (HEIDELBERG - SM 74)					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
20	M2.008.113	4	Divisores de tinteiro	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	622139
21	M2.008.114	4	Divisores de tinteiro	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	622139
22	91.008.044	50	Faixa Isoladora	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	607733
23	00.580.1010	2	Fita isolante (Rolo)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	607733
24	91.008.035	10	Mola de lâmina	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	315510
25	91.008.034	10	Mola de lâmina	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	315510
26	00.472.0007	16	Película Protetora (código antigo - 93008028)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	615646
27	91.008.033	150	Raspador	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	627641
28	00.472.0007	2	Rolo Fita proteção tinteiro 74-75 12 un	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	399642
GRUPO 4 - SISTEMA DE MOLHA (HEIDELBERG - SM 74)					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
29	MV.015.926 /02	2	Alavanca giratória OS (kit com os códigos antigos: M2.030.525, 63.030.527, 63.030.529, M2.030537F, 63.030.536 e 63.030.537)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	625268
30	91010312	8	Anel	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	611712
31	00.510.0104	4	Anel de retenção (42 x 1,75)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	611712
32	00.580.4536	4	Anel de vedação R 38 x3,5	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	611712
33	00.510.0028	50	Arruela	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	622706
34	00.510.0006	50	Arruela B (8,4-HV140)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	622255



SENADO FEDERAL

35	00.550.0006	8	Bucha de agulhas HK1612-AS1	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	622962
36	00.550.0442	4	Bucha de agulhas HK1816-2RS-AS1	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	622962
37	MV.015.947 /04	4	Bucha de rolamento OS (kit com códigos antigos: M2.010.004, 63.030.536 e 63.030.537)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	622962
38	MV.015.898 /01	4	Caixa de Diário DS (Rolamento de rolos AS) (kit completo com códigos antigos: M2.030.568, 43.030.216, 01.006.035)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	624255
39	MV.015.903 /01	4	Caixa de Diário OS (Rolamento de rolos BS) (kit completo com códigos antigos: M2.030.569, 43.030.216, 01.006.035)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	624255
40	91.010.310	8	Casquilho	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	150479
41	M2.030.577	8	Casquilho de rosca (loca)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	150479
42	MV.029.115	8	Casquilho de rosca 63.030.572	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	150479
43	00.580.3909	4	Cilindro pneumático 40 115 66	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	477787
44	00.520.2005	20	Disco ajustado (18 x 25) (código antigo - 00.520.2192)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	235714
45	00.510.0369	4	Disco ajustado (42 x 52) (código antigo - 00.520.1359)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	235714
46	63030566	4	Engrenagem	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	623335
47	63030538	4	Engrenagem	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	623335
48	M2.030.571	4	Haste	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	429272
49	00.530.0298	50	Mola de diafragma 18 x 8,2x0,5	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	315510
50	00.530.0252	16	Mola de disco	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	315510
51	27017051	14	Mola de tensão	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	315510
52	00.520.0870	20	Parafuso Allen (M 8X 25)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	615646
53	63030516	4	Pino AS	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	264659
54	MV.025.720 /03	4	Placa de rolamento BS (kit com códigos antigos: M2.030.515, M2.030.509 e 63.030.517)	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	622279



SENADO FEDERAL

55	M2.030.557	4	Rolamento AS	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	624255
56	00.550.0131	8	Rolamento de agulha	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	624255
57	M2.030.558	4	Rolamento OS	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	624255
58	92.184.1011	4	Unidade de válvula cilíndrica perpétua ZVE	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	627965
GRUPO 5 - SISTEMA DE ENTREADA E SAÍDA (MANROLAND R708)					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
59	8A.37V70-0790	1	Adaptador para utilização em impressora offset	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	605628
60	8A.93F90-1061	1	Bomba dosadora de óleo bielomatic (B129)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	625249
61	80.11I30-2812	2	Elemento de sucção (Nylon dos esquadros laterais)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	624162
62	8A.37U44-4061	1	Encoder	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	622139
63	80.37U44-4065	1	Gerador de Pulso - Motor	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	460682
64	81.37U44-3783	1	Sensor da pilha de saída (B001)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	625269
65	81.37U90-3766	1	Sensor folha dupla	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	625269
66	80.01L13-A046	1	Válvula (controladores de fluxo Y268)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	627937
67	80.94K40-3201	8	Válvula 5/2 SY5120-5FU	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	627937
GRUPO 6 - SISTEMA DE IMPRESSÃO (MANROLAND R708)					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
68	80.94N40-0363	1	Bico de engraxadeira	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	620890
69	80.94N40-0364	1	Bico de engraxadeira SK10M10	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	620890
70	80.94G40-1047	3	CARTUCHO FILTRANTE C15124/1 P UTILIZACAO EM IMPRESSORA OFFSET (CODIGO ANTIGO: 80.94I40-1025)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	621152
71	80.10Q13-A326	1	Cilindro Pneumático	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	623265
72	80.94G40-1046	3	Elemento filtrante (código antigo 80.94G40-1002)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	628791
73	80.11C15-A140	1	Motor de Acionamento	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	622139
74	8C.37M90- 8073	1	Motor de acionamento registro (M280)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	622139



SENADO FEDERAL

75	8C.37M90-8072	1	Motor de acionamento registro (M339)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	622139
76	83.28S92-0237	1	Reparo SK p/ sistema de reforço tipo PPL	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	627260
77	81.28S92-0236	1	Reparo SK PPL braco de acionamento lado B	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	627260
78	81.37U44-3700	1	Sensor de folha perdida (B116 - FOTOCELULA FRK 776/24-100L)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	625269
79	8C.37U51-3678	1	Sensor de pistão troca de chapa (B072)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	625269
80	8C.37M51-1641	1	Ventilador	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	614306
81	8C.37M51-1630	3	Ventilador axial	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	627057
GRUPO 7 - SISTEMA DE MOLHA (MANROLAND R708)					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
82	80.94K40-1613	3	Reparo p/ cilindro rolo tinta 8807D133542	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	627260
83	81.94K40-1324	3	Reparo para cilindro rolo água 8208G131713/1712	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	627260
84	8A.09C13-A264	4	Rolo dosador de água nº 31	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	622387
85	8A.09A13-A276	4	Rolo formador de água nº 402	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	622387
86	80.37U44-A350	1	Sensor nível de água	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	625269
GRUPO 8 - SISTEMA ELETRÔNICO (MANROLAND R708)					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
87	8C.37C51-A009	1	Contactador 24VDC 4,0KW K014 K016	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	626734
88	8C.37C51-A010	1	Contactador 24VDC 4,0KW K015 K017	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	626734
89	81.37C44-A013	1	Interruptor auxiliar para K014	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	617244
90	85.37C44-A013	1	Interruptor auxiliar para K015 K017	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	617244
91	82.37C44-A013	1	Interruptor auxiliar para K016	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	617244
92	8D.37V70-A174	1	Placa circuito impresso (CODIGO ANTIGO:8C.35A70-4590)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	624331
93	8B.35A70-4580	1	Placa circuito impresso da fonte do rack dos motores (A37V107870)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	624331
94	8A.37V70-1079	1	Placa circuito impresso do drive rack dos motores (37V701079)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	624331



SENADO FEDERAL

95	81.37U44-9605	1	Placa Controle 2 ventiladores DD	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	622279
96	80.37U44-A297	2	Placa de Diodo 24VDC para contactores K014 K015 K016 K017	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	622279
97	8H-37X44-2783	4	Potenciômetro 3 5 KOHM	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	465169
98	80.37U44-A549	1	Sensor captador de reflexo	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	625269
99	80.37B44-A146	1	Sensor com cabo P8S-GNSHXFIL	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	625269
100	80.37U44-A667	1	Sensor para impressora offset	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	625269
9 - MANROLAND RZK 2/0 . 1/1					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
101	80.90R40-0161	100	ARRUELA DE SEGURANCA VS6	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	622706
102	80.90R40-0160	100	ARRUELA VS 5	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	622706
103	80.05A30-4014	1	BARRA DE APOIO	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	628719
104	80.13A13-0363	1	CHAVE DE REGULAGEM P/ MOTOR DE TINTEIRO	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	150479
105	80.92A50-3075	100	MOLA DE COMPRESSAO	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	315510
106	80.90840-1026	100	PARAFUSO CILINDRICO DIN7984 M6X16 A	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	315511
107	80.90B40-1025	100	PARAFUSO CILINDRICO DIN7984 M6X12 A	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	315511
108	81.05A30-5499	1	REVESTIMENTO METALICO PARA CILINDRO	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	150479
109	81.94S40-0135	1	SOLUCAO DE LIMPEZA	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	626653
10 - Computer to plate (CTP)					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
110	100014330V00	4	AMORTECEDORES DA MESA PRINCIPAL	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	627213
111	100082535V01	1	BOMBA DE AR CABEÇOTE	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	618433
112	100216570V00	1	CHAVE DE SEGURANÇA DA TAMPA TRASEIRA	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	405818
113	70584689-00	4	CORREIA DO CILINDRO DE GRAVAÇÃO	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	614426
114	70509151-10	1	COXIM SUPORTE FUSO CABECOTE	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	622139
115	100212447V00	4	DIODO LASER	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	622139



SENADO FEDERAL

116	100016038V00	1	ESTEIRAS DE TRANSPORTE DE CHAPAS	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	452871
117	70584840-00	2	FILTRO DO SISTEMA ÓTICO	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	601707
118	S100100493v00	1	INVERSOR DO BLOWER	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	625570
119	100096323V02	2	JOGO DE CLAMPS MOVEIS	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	622139
120	70407007-01	1	ROLO DE TRACIONAMENTO INFERIOR	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	150479
121	70584913-00	10	VENTOSAS	Computer to plate – CTP Marca SCREEN, Modelo PT-R 8600 SL	625432
ITENS AVULSOS					
ITEM	CÓDIGO	QTD.	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	CATMAT
122	X	2	Bomba de Vácuo Tipo: Bomba de vácuo (a óleo) Capacidade de Vazão: 60 m³/h a 50 Hz e 60 m³/h a 60 Hz Pressão de Operação: +0,65 bar / -0,3 bar Capacidade de Sucção: 60 m³/h a 50 Hz e 60 m³/h a 60 Hz Pressão Final: 0,5 mbar Potência do Motor: 3.7 kW Referência: Becker U 5.65(XL K) ou Elmo Rietschle KTA 60/1	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	618394
123	X	2	Bomba de Vácuo Tipo: bomba de vácuo rotativa a seco Capacidade de Vazão: 70 m³/h (50 Hz); 82 m³/h (60 Hz) Pressão/Vácuo relativa 60 Hz: ±0,6 bar Potência do Motor: 4,0 kW (50 Hz); 4,8 kW (60 Hz) Frequência: 50/60 Hz Referência: Becker DVT 3.80 ou Elmo Rietschle KTA 80/1	HEIDELBERG - SM 74-4-H - SERIAL 623045 - 1998	618394



SENADO FEDERAL

124	X	1	Bomba de Vácuo Tipo: Bomba de vácuo, livre de óleo Fabricante: Becker Modelo: DVT 3.140 Fluxo de volume 50 Hz: 137 m³/h Pressão/Vácuo relativa 50 Hz: ±0,6 bar Potência 50 Hz: 7,5 kW Nível de ruído 50 Hz: 77...78 dB(A) Fluxo de volume 60 Hz: 160 m³/h Pressão/Vácuo relativa 60 Hz: ±0,6 bar Potência 60 Hz: 9,0 kW Nível de ruído 60 Hz: 78...79 dB(A)	MANROLAND R708 3B P 4/4, Série 748 n° 31702B, ano 2005	618394
125	X	1	Bomba de Vácuo Tipo: Tipo: Bomba de vácuo, livre de óleo Fabricante: Becker Modelo: KVT 3.80 Velocidade: 1420/1700 rpm (rotações por minuto) Potência do Motor: 2,2 kW a 50 Hz e 2,65 kW a 60 Hz Capacidade de Fluxo de Volume (Inlet Capacity): 87/96 m³/h Pressão de Vácuo: 900 mbar	MANROLAND RZK 2/0 . 1/1	618394



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90103/2025

(Processo nº 00200.000021/2025-35)

ANEXO 3

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando o **fornecimento de peças para manutenção de máquinas gráficas offset e peças para manutenção do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (CTP), para a Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, telefone nº (____) _____ e _____, CNPJ-MF nº _____/____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela __, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº _____ do Processo nº 00200.000021/2025-35, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, e nº 15, de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o **fornecimento, em parcela única, de peças para manutenção de máquinas gráficas offset e peças para manutenção do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (CTP), para a Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo se houver autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO SEXTO – O prazo de instrução referido no Parágrafo Quinto desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará por meio dos e-mails ngprod@senado.leg.br e semain@senado.leg.br, e dos telefones (61) 3303-4126, (61) 3303-4651 ou (61) 3303-3783, para fins de execução contratual (após homologação do certame e assinatura do contrato), facultado qualquer outro modelo a ser definido pela gestão ou pela fiscalização.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA fornecerá o objeto deste contrato, em parcela única, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão ser entregues no Serviço de Almoxarifado de Produtos Gráficos (SAPF) da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal (SEGRAF), Almoxarifado III, situado na Praça dos Três Poderes S/N – Anexo do Senado Federal, Bloco 5 – Via N2, Brasília-DF, CEP 70.100-901, em dias úteis entre segunda e sexta-feira, das 8h às 18h.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os produtos fornecidos devem ser novos, de primeiro uso e devem ser encaminhados embalados, etiquetados com os respectivos códigos das peças.

PARÁGRAFO QUARTO – Os produtos deverão vir acondicionados em embalagens lacradas, com as informações obrigatoriamente no idioma português, ou espanhol, ou inglês, devidamente rotulados, com nome do fabricante, código da peça e quantidade por unidade.

I - Os materiais e suas respectivas embalagens deverão estar isentos de amassamentos, avarias e quaisquer outros defeitos que prejudiquem ou tornem imprópria a sua utilização.

PARÁGRAFO QUINTO – O prazo de garantia do produto deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar do recebimento definitivo do objeto.

PARÁGRAFO SEXTO – Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

I – Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

II – Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

I – se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da notificação por escrito;

II – se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis

PARÁGRAFO OITAVO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO NONO - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da notificação do gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caberá à CONTRATADA o recolhimento de materiais por ela fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 80, §2º, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.



SENADO FEDERAL

I - Para os fins previstos neste item, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, [documento digital nº _____](#), não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total do presente instrumento é de R\$ _____(_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, condicionado ao termo de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto no Parágrafo Sexto da Cláusula Quarta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima.

PARÁGRAFO QUARTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Segundo desta Cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:



SENADO FEDERAL

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Após decorridos 12 (doze) meses de celebração deste contrato o preço poderá ser reajustado, desde que a extensão da vigência não seja atribuível exclusivamente à CONTRATADA, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

I – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

II – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no Inciso I deste Parágrafo for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como [Programa de Trabalho](#) _____ e [Natureza de Despesa](#) _____, tendo sido empenhadas mediante a [Nota de Empenho nº](#) ____, de ____ de ____ de 20__.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – impedimento de licitar e contratar; e
- IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - der causa à inexecução total do contrato;
- III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:



SENADO FEDERAL

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

PARÁGRAFO SEXTO – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.



SENADO FEDERAL

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

PARÁGRAFO NONO – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos Parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Primeiro e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Nono, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o Senado Federal;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Primeiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensual, por acordo entre as partes; ou
- III** – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por **6 (seis) meses consecutivos** ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro, observando-se a possibilidade de prorrogação automática prevista no art. 111 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de _____ de 20__

DIRETORA-GERAL

SENADO FEDERAL

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90103/2025

(Processo nº 00200.000021/2025-35)

ANEXO 4

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____						
Data de abertura:						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
E-mail:						
Dados Bancários:						
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)						
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)						
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)						
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)						
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não						
ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.